



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

### DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

<b>Setor(es) requisitante(s):</b> Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
<b>E-mail:</b> semcel@marilandia.es.gov.br
<b>Secretaria responsável:</b> Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
<b>E-mail:</b> semcel@marilandia.es.gov.br
<b>1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:</b> <i>inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)</i>
Trata-se de um estudo que visa verificar a viabilidade da concessão onerosa de uso de espaços físicos localizados, no espaço cultural Giordano Lorencini, e parque Urbano Dejacir Gregorio Caversan, que se faz necessário colocar à disposição dos munícipes mais uma opção de lazer, almejando o funcionamento de algum estabelecimento do ramo alimentício prontos para consumo, tal como: lanchonete, restaurante, sorveteria, etc., de modo a garantir a comunidade maior comodidade, vez que a área a ser cedida se encontra localizada no centro da do espaço Cultural Giordano Lorencini e centro parque Urbano Dejacir Gregorio Caversan, locais onde acontecem os maiores eventos em nosso município. Este instrumento possibilitará aos proprietários dos estabelecimentos que abrangem o município de Marilândia e região a participarem de atividades que forem propostas pela Prefeitura Municipal de Marilândia. Visando estimular a geração de renda de forma local.
<b>2.OBJETO</b>
O objeto do presente termo é a Concessão de Uso de Espaço Público contendo equipamentos e mobiliários a este incorporado, em espaço reservado, localizado no espaço cultural Giordano Lorencini e parque Urbano Dejacir Gregorio Caversan, nesta cidade, para o funcionamento de atividade no ramo de venda de produtos alimentícios prontos para o consumo, objetivando a comercialização de refeições, lanches, bebidas e/ou sorvetes por unidade aos frequentadores e visitantes da praça de lazer.
<b>3. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO</b>
O quantitativo previsto para a Concessão de Uso de Espaço Público contendo equipamentos e mobiliários incorporados justifica-se pela necessidade de atendimento adequado e contínuo à demanda de frequentadores e visitantes do Espaço Cultural Giordano Lorencini e do Parque Urbano Dejacir Gregório Caversan, considerados importantes pontos de convivência, lazer, turismo e realização de eventos neste município. A definição do quantitativo considerou a estimativa média de público que frequenta diariamente os referidos espaços, bem como os picos de movimentação em fins de semana, feriados e durante a realização de eventos culturais, esportivos e turísticos promovidos ou apoiados pelo Poder Público. Assim, busca-se garantir a oferta suficiente e regular de refeições, lanches, bebidas e/ou sorvetes, assegurando conforto, comodidade, qualidade no atendimento e segurança alimentar aos usuários. Ressalta-se ainda que o quantitativo foi dimensionado de forma a equilibrar a viabilidade econômica da atividade comercial com a preservação do interesse público, evitando tanto a insuficiência de atendimento quanto o uso excessivo do espaço público, mantendo a organização, a circulação de pessoas e a adequada fruição da área de lazer. Dessa forma, o quantitativo proposto atende aos princípios da razoabilidade, eficiência e interesse público, garantindo o adequado funcionamento da atividade de comercialização de alimentos no local.
<b>4. PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER ASSINADO O INSTRUMENTO CONTRATUAL</b>
A assinatura do instrumento contratual está prevista para ocorrer após a homologação do resultado do procedimento administrativo e a devida convocação do vencedor, observadas



## **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER**

todas as exigências legais e administrativas pertinentes, podendo ser ajustada conforme a necessidade da Administração Pública.

### **5. INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO**

Roberta Arrivabeno

### **6. PERÍODO DE NECESSIDADE**

Ano de 2025.

### **7. INDICAÇÃO DE DISPENSA DE ETP E FUNDAMENTO**

Segue ETP em Anexo.

Marilândia, 28 de novembro de 2025.

Elaborado por: Roberta Arrivabeno  
Gerente de Cultura e Turismo



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### 1- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1 Trata-se de um estudo que visa verificar a viabilidade da concessão onerosa de uso de espaços físicos localizados, no espaço cultural Giordano Lorencini, e parque Urbano Dejacir Gregorio Caversan, que se faz necessário colocar à disposição dos munícipes mais uma opção de lazer, almejando o funcionamento de algum estabelecimento do ramo alimentício prontos para consumo, tal como: lanchonete, restaurante, sorveteria, etc., de modo a garantir a comunidade maior comodidade, vez que a área a ser cedida se encontra localizada no centro da do espaço Cultural Giordano Lorencini e centro parque Urbano Dejacir Gregorio Caversan, locais onde acontecem os maiores eventos em nosso município. Este instrumento possibilitará aos proprietários dos estabelecimentos que abrangem o município de Marilândia e região a participarem de atividades que forem propostas pela Prefeitura Municipal de Marilândia. Visando estimular a geração de renda de forma local.

Conceder função social ao quiosque do parque Urbano Dejacir Gregorio Caversan e bar do espaço cultural Giordano Lorencini no Município de Marilândia

#### 2 - SETORES REQUISITANTES

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

#### 3- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Manutenção do imóvel quanto da parte estrutural, estética e paisagismo;  
3.2. Custear todas as despesas inerentes ao imóvel como energia elétrica, água, gás e outras;

3.3. Conceder função social ao imóvel atendendo a demandas da população Marilandense e turistas:

3.4. Preservação do patrimônio cultural do imóvel para que seja um atrativo para o turismo;

3.5. No que se refere a sustentabilidade o objeto da pretensa contratação se caracteriza pela dimensão material ou concreta do patrimônio.

3.5.1 Aplica-se a presente contratação a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e seus devidos regulamentos aplicáveis ao município de Marilândia.

3.5.2. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

3.5.2.1. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

3.5.3. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de

resíduos sólidos ou rejeitos:

3.5.3.1. Lançamento em quaisquer corpos hídricos;



## **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER**

3.5.3.2. lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

3.5.3.3. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

3.5.3.4. outras formas vedadas pelo poder público.

3.6. Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação, bem como por danos causados a terceiros.

3.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da concessionária e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.7.1 Executar o objeto da contratação, em conformidade com o presente ETP e com as normas e especificações técnicas.

3.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais tributários e outros resultantes do objeto da contratação.

3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da contratação

3.10. Assegurar o imóvel da presente contratação com o objetivo de garantir proteção ao município e a terceiros.

3.10.1. A Concessionária deverá disponibilizar aos clientes a possibilidade de pagamento em moeda corrente, pix, cartão de crédito e débito, sem acréscimo no valor cobrado.

3.12.2. A contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento dos serviços especificados, deve cumprir com as normas e regulamentos no que couber à contratação, tais como:

- a) Desenvolver as atividades relacionadas aos serviços e seu gerenciamento.
- b) Possuir experiência comprovada e compatível ao objeto desta contratação.
- c) Possuir contrato social devidamente registrado na junta comercial competente.
- d) Possuir pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, previamente à celebração do contrato.

3.13. A Concessionária será responsável pela dedetização periódica, conforme determinada pela cedente, no local cedido e limpeza da caixa de gordura.

Proceder com conferência de todas partes elétricas e estruturais do imóvel garantindo assim que sua estrutura seja adequada ao pleno funcionamento do imóvel.

3.14. Proceder com todas as licenças necessárias para execução do objeto sem qualquer envolvimento da municipalidade.

3.14.1. O Município poderá sempre que necessário adentrar no imóvel para verificar o cumprimento das obrigações decorrentes da presente contratação e a segurança do imóvel.

### **3.15. ESPECIFICAÇÃO BÁSICA**

3.15.1. O estabelecimento deverá fornecer alimentação e bebidas;

3.15.2. O estabelecimento deverá oferecer alimentação e/ou lanche;

3.15.3. Deverá oferecer bebidas para acompanhar as refeições;



## **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER**

3.15.4. O estabelecimento deverá fornecer todo o material de higiene e limpeza para utilização irrestrita dos banheiros independente de consumo, bem como sua manutenção preventiva e corretiva;

3.15.5. O estabelecimento deverá realizar intervenções necessárias, sempre com expressa autorização da Autorizante.

3.15.6. Deverá manter a estética original dos bens a serem autorizados, mantendo a identidade visual existente realizando as intervenções necessárias para o pleno funcionamento;

### **3.16. DA EXPLORAÇÃO**

3.16.1. A credenciada ficará encarregada de explorar os espaços bem como a totalidade da receita, deduzida dos encargos legais.

3.16.2. Os equipamentos/estruturas deverão estar em perfeitas condições de uso e de acordo com as especificações estabelecidas, observando-se, também os prazos de entrega estabelecidos para que se declarem os aceites.

3.16.3. A manutenção deverá ser realizada de acordo com a necessidade durante a autorização, ficando toda a despesa necessária por conta da autorizada.

3.16.4. Em caso de prejuízos decorrentes na prestação dos serviços, a responsabilidade será da credenciada autorizada, a qual deverá manter funcionários no quantitativo necessário ao cumprimento do objeto contratado presente em todos os serviços solicitados.

3.16.5. A exploração das atividades de diversão e restaurante não geram para a Prefeitura Municipal de Marilândia qualquer compromisso relacionado com a contratação dos serviços típicos decorrentes desta exploração, reservando-se tão somente o direito de supervisionar a qualidade dos serviços prestados.

### **3.17. VISTORIA**

3.17.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 11 às 17 horas.

3.17.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, devendo ser previamente agendada através do e-mail da licitação.

3.17.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.17.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **6- ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**

Considerando o Calendário Municipal de Eventos, foram estimadas o cálculo foi realizado com base nas seguintes considerações:



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

- I) Foi levado em consideração a quantidade do credenciamento anterior para verificar a quantidade dos serviços do presente objeto que foram gastos;
- II) Foram analisados os eventos realizados durante o período de vigência do credenciamento anterior;
- III) Procedeu-se uma comparação dos eventos realizados no período anterior com os eventos previstos pelo Calendário Municipal de Eventos, para o período de vigência do Credenciamento pretendido e optou-se por manter a quantidade.

### 7- LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Após a verificação do objeto demandado a equipe de planejamento realizou o levantamento de mercado e identificou características:

I – O objeto demandado possui contratações similares feitas pelo Município de Marilândia e por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

II – Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e/ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de contribuições;

III – O Município não possui funcionário para essa finalidade no seu quadro de servidores, e desta forma, é necessária a terceirização da demanda;

IV - O Credenciamento é uma alternativa viável, se enquadrando o objeto da presente contratação no Art. 79 e a forma de contratação entendida como adequada é por Inexigibilidade, conforme o Art. 74 reforçando o uso adequado do tipo de procedimento através do parágrafo

IV – “onde os objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento”;

V - Foram analisadas contratações similares feitas pelo Município e por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar.

SOLUÇÃO	DESCRIÇÃO	AValiação
1	Implantação de um espaço público para visitação.	Não é interessante visto que conforme se observa pela planta técnica do projeto já foi executada para que não fosse realizada a implantação de nenhum equipamento público naquele local.
2	Implantação de estabelecimento comercial.	A implantação de um estabelecimento comercial é o que nos parece mais adequado visto que traz consigo benefícios a toda a população e também a administração pública, com a diminuição de custos de guarda, manutenção, custos fixos de energia, água e demais taxas inerentes ao imóvel. Por este motivo entendemos que a cessão de uso do bem público para utilização de particular nos aparenta será melhor solução para a necessidade.





## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

3	Alienação (venda) dos imóveis	Não seria razoável vender um imóvel que se encontra no meio de uma praça pública, até porque se trata de um bem afetado, da forma que se encontra hoje não seria possível
4	Cessão de uso do imóvel	A cessão de uso se daria para a utilização do equipamento público em parceria com alguma instituição pública, por este motivo, como instituições como o sistema S já manifestaram interesse em outros imóveis, que não o quiosque, entendemos que a cessão não poderia fornecer a função social do equipamento público.
5	Implantação de um novo equipamento público com a demolição do imóvel existente	Nesse caso, a administração pública perderia no que diz respeito a identidade da praça, pois perderia a sua essência e o planejamento do projeto arquitetônico, por este motivo, entendemos que essa medida não pode ser aplicada.

### 8- ESTIMATIVA DO VALOR

8.1. O valor estimando mensal do ressarcimento, pela concessionária, do uso do espaço físico e do rateio das despesas previsto em lei, a título de concessão onerosa, será de aproximadamente R\$ 1.000,00 (Mil Reais) mais taxas de água e luz.

8.2 Para o cálculo do valor foi levado em consideração os valores praticados entre os estabelecimentos locais.

### 9-DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

Como evidenciado no levantamento de mercado, a opção que melhor se alinha com as possibilidades avaliadas é a concessão do imóvel para exploração comercial por parte de um ente privado. Essa alternativa permite que o imóvel seja utilizado de forma mais eficiente, aproveitando seu potencial para gerar valor econômico e social, algo que a atual situação não tem conseguido proporcionar de forma satisfatória.

O município tem a intenção de permitir a instalação de um restaurante ou lanchonete no local, uma vez que o setor de alimentação no centro da cidade ainda enfrenta desafios significativos em termos de oferta e acessibilidade. Com essa iniciativa, não só será possível preservar a identidade visual da praça como símbolo do município, mas também promover o turismo de experiência, ao criar um novo ponto de atração que atenda ao público. Além disso, a concessão comercial geraria receita para a municipalidade, aliviando a administração dos custos relacionados à manutenção, servidores e contas fixas do imóvel.

Considerando esses benefícios, é pertinente que o imóvel seja concedido a um particular por meio de um processo regular de licitação, garantindo transparência e legalidade na escolha do concessionário. O processo deve seguir os parâmetros estabelecidos no art. 2º, IV, da Lei nº 14.133/2021, sendo conduzido na modalidade pregão maior oferta, conforme orientado em duas oportunidades pela procuradoria Geral, com o critério de julgamento baseado na maior oferta, assegurando que a concessão seja feita de maneira justa e vantajosa para o município.





## **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER**

Dessa forma, a concessão do imóvel não apenas preserva o patrimônio público, mas também promove o desenvolvimento econômico local, transformando um espaço subutilizado em um ativo valioso que contribui para a vitalidade do centro da cidade. Essa medida equilibra a preservação com a necessidade de sustentabilidade financeira, beneficiando tanto a população quanto a administração pública.

Deverão, necessariamente e exclusivamente, ser oferecido serviço e itens característicos de restaurante/lanchonete/bar.

Os horários para a prestação dos serviços pela CONCESSIONÁRIA ocorrerão no decurso de 06:00 às 02:00 horas espaço cultural.

Os horários para a prestação dos serviços pela CONCESSIONÁRIA ocorrerão no decurso de 06:00 às 00:00 horas praça 15 de maio.

O horário de funcionamento da restaurante/lanchonete/bar, bem como a programação básica do cardápio, poderá sofrer alterações de acordo com a necessidade.

A concessionária deverá dispor, diariamente, de quantidade suficiente de mão de obra especializada e treinada para o preparo e distribuição das refeições e lanches durante todo o horário de funcionamento.

Os alimentos deverão ser preparados dentro de padrões higiênico-sanitários adequados, de acordo com as normas de manipulação e preparação de alimentos.

Todos os gêneros necessários à preparação das refeições descritos no cardápio básico deverão estar disponíveis diariamente.

Os alimentos deverão ser preparados no dia de sua distribuição, com ótima apresentação e com base nas melhores condições de higiene e técnicas culinárias, devendo ser utilizados gêneros alimentícios de primeira qualidade e de boa procedência.

Os alimentos constantes do cardápio básico da lanchonete, deverão estar disponíveis à clientela durante todo o horário de funcionamento.

O valor dos produtos consumidos será pago diretamente pelo cliente à CONCESSIONÁRIA, em dinheiro, cartão, pix, não tendo o CEDENTE qualquer participação ou responsabilidade neste sentido.

Deverá ser fornecido aos clientes comanda para o registro dos produtos consumidos e cupom fiscal com a descrição dos produtos e valores pagos.

Todos os utensílios necessários ao serviço, tais como pratos, xícaras, copos e talheres, deverão ser fornecidos pela CONCESSIONÁRIA, sendo permitido o uso de descartáveis somente quando solicitado pelo cliente. Não serão admitidos utensílios danificados.

A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer todos os materiais, móveis, equipamentos e utensílios, incluindo acessórios e componentes, necessários à perfeita execução dos serviços, os quais deverão estar disponíveis na data prevista para o início do contrato. Todos deverão ser de primeira qualidade e sujeitos à aprovação do CEDENTE, o qual observará as especificações de qualidade e condições de uso.

Todo equipamento elétrico que venha a ser utilizado pela CONCESSIONÁRIA deverá ser de reduzido consumo de energia e munido de fiação elétrica de tamanho suficiente para seu uso.



## **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER**

A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar, na Lanchonete, além de tampas para copos descartáveis, embalagens do tipo sachê, sal, açúcar e adoçantes dietéticos, sem custos adicionais.

A CONCESSIONÁRIA também deverá disponibilizar canudos em embalagens individuais sem custos adicionais. Todos os descartáveis deverão ser de material biodegradável.

Os produtos devem ser acondicionados em embalagens e temperatura adequadas respeitando todas as normas de segurança alimentar da vigilância sanitária.

Todos os prestadores de serviço da restaurante/lanchonete/bar deverão usar uniforme.

A Concessionária deverá receber e devolver as instalações do restaurante/lanchonete/bar em perfeito estado de funcionamento, declarando esta condição, em termo de vistoria próprio;

As medidas impostas pelos órgãos de fiscalização serão de responsabilidade da concessionária, exceto despesas de substituições, remanejamentos ou acréscimo de pontos elétricos e lâmpadas assim como de todos os dispositivos componentes das instalações hidráulicas e outras, os quais ficarão a cargo da Administração;

A empresa somente poderá realizar as benfeitorias que julgar necessária no ambiente cedido, mediante autorização do gestor do contrato, ficando incorporadas ao imóvel, sem que assista a empresa o direito de retenção ou indenização sob qualquer título;

Comunicar, por escrito, ao fiscal/gestor do contrato sobre qualquer equipamento que será instalado nas dependências do restaurante e lanchonete/bar, informando suas respectivas capacidades (potência) a fim de promover uma avaliação comparativa com a rede elétrica e segurança para ambas.

Materiais a serem disponibilizados

A Administração disponibilizará a CONCESSIONÁRIA a relação de bens listados no restaurante/lanchonete/bar que ficarão sob sua responsabilidade, inclusive quanto ao dever de conservá-los e manutenções.

A Concessionária deverá complementar com materiais e equipamentos julgados necessários ao devido funcionamento do restaurante e lanchonete e bar, devendo ser observada a qualidade e quantidade dos mesmos.

Os utensílios e equipamentos utilizados na limpeza e higienização devem ser próprios para a atividade e estarem conservados, limpos e disponíveis em número e quantidade suficientes e guardados em local reservado para essa finalidade;

A concessionária deverá declarar, além da Declaração de Vistoria, expressamente em termo próprio, o recebimento das instalações e dos equipamentos de propriedade do CEDENTE, discriminados no INVENTÁRIO DE BENS E EQUIPAMENTOS.

A concessionária deverá repor no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar da notificação encaminhada pela Administração, com qualidade idêntica ou semelhante, o bem patrimonial desaparecido ou com defeito insanável, decorrente do uso inadequado ou por falta de manutenção, que esteja sob sua guarda e responsabilidade;



## **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER**

A concessionária somente poderá retirar quaisquer bens móveis, equipamentos ou utensílios que estejam sob a sua guarda e responsabilidade, mediante autorização expressa do CEDENTE.

### **10- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Não se aplica.

### **11- RESULTADOS PRETENDIDOS:**

- A) Promover oportunidades de forma igualitária para os estabelecimentos poderem se inscrever e participar sob responsabilidade da Secretaria Municipal De Cultura, Turismo, Esporte e Lazer;
- B) Gerar renda de forma local;
- C) Valorizar e incentivar o comércio locais.

### **12- PROVIDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Não é necessário providências prévias da Administração.

### **13- CONTRATAÇÕES CORRELATAS**

Não se vislumbra contratações correlatas e/ou interdependentes para execução do objeto em tela.

### **14- IMPACTOS AMBIENTAIS**

A empresa contratada deverá seguir as práticas elencadas neste Estudo, tais quais: Critérios e Práticas de Sustentabilidade e da higiene ambiental, a fim de evitar qualquer impacto negativo no ambiente e na salubridade

### **15- PARECER CONCLUSIVO/ DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Considerando o custo-benefício, a vantajosidade, os estudos preliminares evidenciaram que a realização de credenciamento mostra-se viável tecnicamente. Diante do exposto, declara-se ser viável o credenciamento para posterior contratação da solução pretendida.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Marilândia, 28 de novembro de 2025.

Elaborado por: Roberta Arrivabeno  
Gerente de Cultura e Turismo  
Matrícula nº 12373